

A PARÓQUIA NO CONCÍLIO VATICANO I E II

*Dr. Pe. Eduardo Pretto Moesch**

*Pe. Elizeu Lisbôa Moreira***

*Valnei Agostinho Stuelp****

Resumo: passados séculos de sua existência, a instituição paroquial, sofrendo mutações conforme contextos, circunstâncias, entre erros e acertos continua a ser um lugar ou meio privilegiado onde os sedentos vão buscar de beber. A plasticidade que lhe é característica é fruto de longos anos de trabalho e discernimento. Contudo, sempre há desafios a serem superados e há que dar espaço para a criatividade no Espírito Santo para corresponder à missão de Jesus Cristo no tempo atual. É neste intuito que buscamos olhar novamente a caminhada da instituição paróquia ao longo dos dois últimos concílios.

Palavras-chave: Paróquia. Concílio Vaticano I. Concílio Vaticano II. Igreja. Sociedade. Ministérios.

1 Considerações iniciais

Notamos nos dias presentes a urgência de tratarmos sobre o tema paróquia. Diríamos que cada vez mais estamos nos sentindo desafiados em novas realidades e contextos. Percebemos historicamente o quanto a paróquia é importante na constituição da Igreja, o quanto tem contribuído na missão evangelizadora da Igreja. Por outro lado, o desafio é o de

* Presbítero da arquidiocese de Porto Alegre. Atualmente trabalha no Seminário Maior de Viamão/RS. Doutor em Teologia Dogmática pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Leciona na PUCRS, no curso de Teologia. Disciplinas: História da Igreja (nos 4 semestres) e Teologia Patrística.

** Presbítero da Arquidiocese de Passo Fundo/RS. Bacharel em Teologia pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades e Bacharel em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier – Ifibe em Passo Fundo.

*** Graduado em Filosofia e Acadêmico do III semestre do Curso de Bacharelado em Teologia na Faculdade de Teologia e Ciências Humanas – Itepa Faculdades.

corresponder à sua missão específica diante de um mundo cada vez mais diversificado e pluralizado.

Os dois últimos Concílios refletiram sobre esta temática, com reservas. No entanto, senão todas, a maioria das propostas dos concílios de uma forma ou outra, cedo ou tarde repercutiu na paróquia. E por que não dizer que a paróquia é como uma espécie de termômetro para perceber a saúde da Igreja? Dali surge a matéria-prima para o debate. Da mesma maneira dos anos que têm, os mesmos foram necessários para se tornar o que é. E como tudo o que acontece na história não o é de forma isolada, buscaremos neste artigo situar alguns antecedentes e consequências subsequentes destes dois concílios em específico naquilo que versa sobre a paróquia.

2 Igreja e sociedade no contexto do Concílio Vaticano I

Desde 1815, após a derrota de Napoleão, começou na Europa o processo de *restauração*, uma tentativa de reorganizar os Estados, desintegrados durante a Revolução Francesa (1789-1799). Essa tentativa abrangeu também a Igreja e a ordem social em seu conjunto. Estabelecer novamente o “Antigo Regime” implicava retomar a aliança entre Igreja, Estado e as classes aristocráticas.

No âmbito eclesiástico e em parte também no civil, identificava-se “monarquia e autocracia” com catolicismo, e “revolução e democracia” com perseguição. O ponto de conflito é que os Estados liberais tinham a sua autoridade baseada numa espécie de contrato entre os indivíduos. Desse modo, não necessitava de Deus como fundamento de seu poder nem da Igreja como instrumento de submissão dos particulares ao poder das autoridades civis. Dá para se dizer que: “as ondas da Revolução Francesa e as secularizações que a seguiram passaram como um temporal através do edifício da Igreja Católica, aparentemente envelhecido. Derrubaram o que ligava

a Igreja ao Estado e à sociedade da época absolutista”¹.

No âmbito eclesial, diante dos albores do pensamento sociopolítico, científico e artístico da modernidade, a grande massa da população não era tocada. A não-aceitação por parte da Igreja, ou por parte de um ateísmo declarado se dava apenas entre os intelectuais:

O povo basicamente formado por camponeses, vivia, ao invés, protegido por um *secular isolamento* de cunho sociológico e cultural. Sua prática religiosa, entretanto, deixava muito a desejar. Faltava maior conhecimento da fé, consequência de uma pastoral precária, causada pela escassez de sacerdotes, pela formação presbiteral superficial, pela extensão geográfica das paróquias e pela diminuta colaboração entre párocos e episcopado (em razão das grandes diferenças de *status social*). Tudo isso provocava um afrouxamento religioso e gerava um formalismo desanimador, que marcou a vivência da religião católica na primeira metade do século XIX².

Na busca de consolidar a laicização da sociedade, o pensamento liberal pregava que a influência da Igreja no âmbito político deveria diminuir, e, por consequência, o pensamento dos homens se libertar do jugo clerical e da crença não-científica, como por exemplo, a Bíblia: “a fé só podia permanecer no foro privativo, encerrada na Igreja e no lar. Ao invés do ideal de uma cristandade, propunham a implantação da denominada sociedade laical”³. A campanha pela laicização da sociedade concentrou-se, quanto à sua dimensão política, na luta pelo ensino, em seus diversos graus. A instrução da juventude deveria se subtrair à religião e passar para a competência exclusiva do Estado.

1 Hubert JEDIN, *Concílios ecumênicos*, p.143.

2 Henrique Cristiano José MATOS, *Introdução à História da Igreja*, p.230.

3 Henrique Cristiano José MATOS, *Introdução à História da Igreja*, p.238.

As incidências diretas do Estado em relação à Igreja repercutiram, principalmente, no confisco dos bens, na supressão de ordens religiosas ou limitação de seu desenvolvimento, na introdução do matrimônio civil e do divórcio, na secularização das escolas e supressão dos antigos privilégios eclesiásticos. De ambos os lados havia incapacidade de aceitação dos aspectos positivos do pensamento alheio e uma atitude fechada ao diálogo. Contudo, a instituição eclesial não ficou à margem dos ideais liberais. Muitos dos pensadores, economistas, homens de negócios, funcionários públicos que se identificavam com as ideias de liberdade eram também cristãos⁴.

3 O Concílio Vaticano I

Proclamado por Pio IX (1846 a 1878), o Concílio Vaticano I ocorreu de 8 de dezembro de 1869 a 18 de dezembro de 1870⁵. O surgimento do Concílio Vaticano I, deu-se no contexto da questão romana, suscitada pela erosão do poder temporal e de uma certa “saudade” de uma “cristandade” protetora da fé e da Igreja. O tempo entre a conclusão do Concílio de Trento e a convocação de Vaticano I durou mais de três séculos. Isto porque este concílio havia fornecido matéria para um longo e complexo esforço de reorganização do catolicismo⁶, e especialmente pelas decisões durante a contrarreforma.

O pouco tempo de duração dos trabalhos do Concílio Vaticano I, foi em razão dos conflitos políticos na Itália, França

4 Cf. Henrique Cristiano José MATOS, *Introdução à História da Igreja*, p.236-241.

5 A constituição dos padres conciliares foi majoritariamente europeia. Na primeira sessão participaram 744 bispos, sobre um total de mais ou menos 1.000; a grande maioria era constituída ainda por prelados europeus (só os italianos constituíam 40% da assembleia); todavia, 121 padres provinham da América, 41 da Ásia – aos quais se somam 61 bispos de rito oriental – , 18 da Oceania e só 9 da África; cerca de 10% eram vigários apostólicos dos territórios de missão, admitidos embora não tivessem o caráter episcopal (Cf. Giuseppe ALBERIGO, *História dos concílios ecumênicos*, p.371-372).

6 Giuseppe ALBERIGO, *História dos Concílios Ecumênicos*, p.367.

e Alemanha. Devido a isso e da forma como foi preparado, só alcançou tratar dos temas propostos pelas comissões organizadoras. Estes ficaram plasmados em dois documentos: a constituição *Dei Filius* e a *Pastor aeternus*. Nesta linha, em fins do século XIX, com o Papa Leão XIII, foi afirmado que toda a autoridade procede de Deus mediante a designação do povo e que a Igreja não prefere nenhum regime político, mas só aspira a que respeitem a justiça e o bem comum.

3.1 Consequências do Concílio Vaticano I

Devido ao contexto antecedente e ao próprio Concílio, o tempo foi renovador e inspirador para as congregações religiosas assumindo obras de misericórdia, de ensino e das missões populares. Com respeito às missões, seu êxito foi desigual: maior entre a gente simples de cidades e do campo, menor entre os setores mais acomodados.

Multiplicaram-se as ordenações sacerdotais e se prestou especial atenção à formação dos aspirantes à ordem sagrada. Deu-se ênfase à criação de novas paróquias, a fim de prestar um serviço pastoral mais direto, e surgiram associações caritativas e culturais de fiéis leigos. Aumentou o número de batismos, matrimônios e primeiras comunhões administrados em cada paróquia. No entanto, os setores populares se mostraram mais afeiçoados à Igreja e à religião católica que a burguesia endinheirada. A piedade desse tempo centrava-se nas ideias da reparação e da expiação, no culto ao Sagrado Coração e à Eucaristia, dando um grande impulso a práticas piedosas como a adoração eucarística perpétua e as distintas demonstrações de piedade mariana, fortemente reforçadas pelas aparições e pela proclamação do dogma da Imaculada Conceição.

O Vaticano I, segundo interpretação posterior, adquiriu cada vez mais a fisionomia de evento de passagem entre o Tridentino (que tinha preparado o catolicismo moderno) e o

Vaticano II (que fez o mesmo em vista do terceiro milênio)⁷. Muitos temas estiveram ausentes do tratamento conciliar, alguns vinculados à vida cotidiana da gente comum. A necessidade de concluir as reuniões por causa da guerra impediu referir-se a eles e foi a razão pela qual a imagem de Igreja apresentada resultou algo incompleta e excessivamente centralizada na figura do papa. A definição do primado teve, na prática, mais consequências que a da infalibilidade, visto que contribuiu para centralizar em Roma o governo da Igreja e diminuir o papel dos bispos. A colegialidade seria reafirmada no Concílio Vaticano II. As definições do Concílio Vaticano I muitas vezes foram causas de tensões com os governos civis e de medidas anticlericais em vários países, mas em grande parte se deve a que se fez delas uma interpretação alheia à intenção dos que participaram nele.

As mudanças profundas que experimentou a sociedade em fins da Idade Moderna e inícios da Idade Contemporânea sentiram-se fortemente em todos os âmbitos. O crescimento da vida urbana, que proporcionou a expansão de ideias, costumes e valores novos, nem sempre foi compreendido pela Igreja, nem levado em consideração na hora de estruturar sua vida interna e sua ação pastoral. As estruturas existentes não respondiam às novas realidades, a formação do clero não estava à altura das inquietações próprias de seu tempo, nem todos os bispos, sacerdotes e fiéis tinham a flexibilidade e a criatividade necessárias para se adaptar às novas situações.

Durante a maior parte dos séculos XIX e XX, houve em demasia, esforços por recristianizar a sociedade, próprios da etapa da restauração, opondo-se a um mundo que lhe era hostil, e busca de respostas novas para realidades antes nunca vistas nem vividas e, sobretudo, opostas às ideias do Iluminismo, a revolução e outras consideradas dissolventes. Isso fez com que o

7 Giuseppe ALBERIGO, *História dos concílios ecumênicos*, p.388.

clero e as pessoas responsáveis da Igreja pusessem a ênfase na afetividade, na tradição e na autoridade e favorecessem o desenvolvimento de um espírito de corpo eclesial mais impermeável, compacto e autoritário.

Cresceu a ideia entre os crentes de que, apoiando-se na autoridade espiritual do papado, podiam se impor os princípios cristãos. Isso deu lugar ao surgimento de uma “devoção” ao pontífice, o qual se considerava vítima da sociedade do seu tempo, prisioneiro em seu próprio território e cujo “triunfo” significava o triunfo da Igreja e de seu ensinamento. A partir desse tempo, se fomentou o costume de orar pelas intenções do papa, a adoção em todo o mundo de normas e costumes próprios de Roma e a difusão de devoções “universais”⁸.

A imprensa de orientação católica teve uma difusão notável e contribuiu para que os fiéis conhecessem os objetivos eclesiais e se identificassem com eles. Quanto à ação pastoral, esteve em mãos, principalmente, do clero secular e se concentrou nas paróquias e na preparação para a recepção dos sacramentos.

Toda pregação e todo ensino estavam atravessados por uma visão pessimista do homem e da sociedade, colocavam a tônica no pecado – em particular no de índole sexual – e insistiam nas ideias de condenação e castigo. Por essa razão, a confissão – minuciosamente regulamentada, foi o sacramento mais recomendado, junto da comunhão pascal. Nos começos do século XX, intensificou-se a velha discussão entre os que continuavam recomendando comungar com pouca frequência, atendendo a dignidade do sacramento e considerando-o como “prêmio” pela prática das virtudes. Isto era ainda herança do jansenismo. Por outro lado, havia os que acreditavam que era um alimento para a vida espiritual, necessário para se manter longe do pecado, e afirmavam que era recomendável receber a Eucaristia o mais seguidamente possível. A primeira

8 Cf. Henrique Cristiano José MATOS, *Introdução à História da Igreja*, p.245-247.

compreensão, foi superada por São Pio X através de um decreto pontifício em 1905. Dessa forma, a Igreja inclinou-se pela segunda posição.

No mesmo ano, em 1905, no catecismo publicado pelo papa Pio X, sobre cuja base se redigiu outro mais breve, difundido em 1912, ditou-se a encíclica *Acerbo nimis*, que estabelecia pautas precisas para a catequização de crianças, jovens e adultos e a formação religiosa dos mestres.

Por meio de instituições como congregações e associações de fiéis que se promoveram por toda parte, a Igreja pôde encontrar novas formas de presença no meio de uma sociedade que, se tornava cada vez mais individualista e menos solidária, ao mesmo tempo em que dava origem a uma estrutura de desigualdades e injustiça que colhia suas vítimas entre os setores mais pobres. A assistência aos enfermos, às crianças, aos anciãos, a promoção da mulher, a formação profissional, a atenção aos imigrantes e a sustentação de escolas foram somente alguns dos campos nos quais se desenvolveu a ação pastoral.

As mulheres, particularmente, ocuparam espaços antes reservados aos homens e deixaram uma marca própria na prática da atividade de apostolado. As numerosas congregações religiosas femininas foram pioneiras na hora de abrir novos espaços e, exerceram uma forma de emancipação feminina não só em âmbitos eclesiais, mas também no conjunto da sociedade, antecipando em meio século o feminismo leigo.

As três devoções que mais ganharam destaque, foram as dedicadas à Escritura, ao Sagrado Coração e à Virgem Maria. Por sua vez, o culto eucarístico converteu-se em culto central, impondo-se práticas como a adoração perpétua e a adoração noturna. Algumas congregações dedicaram-se a essa prática, combinando-a com o apostolado. A festividade de *Corpus Christi*, converteu-se em uma das centrais. A prática da comunhão foi se tornando mais frequente à medida em que

crescia a compreensão de que a recepção do Corpo de Cristo não era um prêmio às virtudes do cristão, mas um alimento em meios às lutas cotidianas.

A devoção ao Coração de Jesus foi a expressão de uma piedade mais sentimental, próxima e cálida que racional e objetiva. A devoção a São José se impôs sobre as que recordavam outros santos, sobretudo porque a literatura piedosa o relacionava com o mundo do trabalho e com a problemática da família cristã, temas preocupantes para a Igreja da época.

Aos fins do século XIX a Igreja, atacada e sacudida por crises, agressões e críticas permanentes, assistiu também a um florescimento do sentido espiritual da vida. Houve a busca por uma espiritualidade capaz de dar respostas às necessidades e propostas dos homens de seu tempo. Um caso que é tomado como emblema poderia ser o de Theillard de Chardin, que pôs os alicerces de uma espiritualidade do mundo e das realidades terrenas que, baseada no mistério da Encarnação, procura encontrar Deus no mundo e na vida humana.

Vale dizer que, mais além das dificuldades às quais precisou fazer frente, a Igreja e seus membros iam tomando consciência da necessidade de se renovar, de se reconciliar com a vida social e de assentar as bases de uma espiritualidade nova, concorde com os tempos e realidades que lhes cumpria protagonizar. Os elementos acima citados foram assumidos e experimentados na vida paroquial.

É possível afirmar que a Paróquia como instituição base da evangelização buscou operar as sugestões vinda ou reforçadas pelo Concílio Vaticano I. Não houve uma mudança significativa na estrutura paroquial em relação ao Concílio de Trento mas se efetivou uma nova forma de agir a partir das intuições e sugestões do Concílio Vaticano I como resposta ao que se percebeu como desafio daquele tempo.

4 Contexto da paróquia no surgimento do Concílio Vaticano II

O fato de o Concílio Vaticano I ter sido suspenso, em 1870, por um lado deixou em aberto a expectativa de uma conclusão dos trabalhos, que permitisse trabalhar todos os temas inclusos nos textos preparatórios e outras questões disciplinares; por outro lado, muitos contentaram-se com a aprovação do primado e a da infalibilidade papal, de tal forma que lhes pareceria absurdo a convocação de um outro concílio⁹.

Na ocasião do Concílio Vaticano II notava-se graves crises enfrentadas pelas paróquias. A primeira, era certa inviabilidade da paróquia diante da industrialização, urbanização e, conseqüentemente, o êxodo rural, fazendo com que a organização social e eclesial no campo fosse deixando de ser tão significativa. Em segundo lugar, a paróquia começava a deixar de ser aquela referência territorial, devido a mobilidade urbana. Em terceiro lugar, o Estado passou a assumir sobretudo na linha da assistência social. E, por fim, na Igreja foram surgindo novas formas de ser comunidade, apresentando-se como alternativas à configuração paroquial. Isso tudo convergia num apelo para que fossem renovadas as estruturas da Igreja em vista de um diálogo mais promissor com o contexto moderno. Dessa maneira, o Concílio Vaticano II, deu valiosa contribuição para a reforma de estruturas eclesiais, dando significativo passo do âmbito administrativo, para uma ênfase maior no âmbito pastoral.

5 A Igreja particular

O Concílio Vaticano II apresentou uma importante chave de leitura: a Igreja Particular. Compreende-se que a Igreja de Cristo está presente na Igreja Particular (LG 26). Compreende-se a Paróquia em relação a esta definição mais concernente a

9 Cf. Giuseppe ALBERIGO, *História dos concílios ecumênicos*, p.393.

diocese. Então a Paróquia não é a Igreja Particular no sentido estrito, separada, mas é compreendida como estando em rede, em comunhão com as paróquias que formam uma diocese, que é denominada Igreja Particular. A paróquia pode sim ser chamada de “célula da diocese” (AA 10). E ainda, como os documentos conciliares apontam, como “comunidade local dos fiéis” (LG 28), “Igreja visível estabelecida em todo mundo” (SC 42), fez-se então a seguinte distinção: A Igreja particular como porção (*portio*) do Povo de Deus (CD 11); a paróquia por sua vez, como parte (*pars*) da Igreja Particular (diocese) (CC 124). A Igreja como um todo é convidada a vivenciar esta comunhão, pois “a paróquia apresenta um exemplo luminoso do apostolado comunitário. Congregando num todo as diversas diferenças humanas que encontra e inserindo-as na universalidade da Igreja” (AA 10). Nesse sentido, as paróquias são células vivas da Igreja (AA 10; DSD 55) e lugar privilegiado no qual a maioria dos fiéis tem uma experiência concreta de Cristo e a comunhão eclesial (EAm 41).

O Concílio Vaticano II repercutiu mais na prática das paróquias do que propriamente na reflexão sobre ela, exceto que diz respeito à Igreja local. Reflete-se no Concílio uma forte exigência de renovação da prática paroquial diante das condições sociais e culturais (Modernidade, urbanismo, mobilidade, secularização, surgimento de novos movimentos civis e religiosos etc.)¹⁰.

No Concílio Vaticano II, busca-se superar uma visão patrimonialista e hierarcológica da paróquia, colocando-a como um dos mais importantes agrupamentos de fiéis: “Visto que nem sempre e em todos os lugares o bispo, em sua Igreja, pode presidir pessoalmente a todo o seu rebanho, deve necessariamente constituir assembleia de fiéis, entre as quais sobressaem as paróquias, confiadas a um pastor local, que as governa, fazendo as vezes do bispo” (SC 42a).

10 Cf. Antonio José de ALMEIDA, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, p.145.

Por ser a paróquia a Igreja representada em determinado lugar,

a qualidade privilegiada da paróquia em exprimir a Igreja não deve opô-la a outras figuras eclesiais, mas tem uma função emblemática. A paróquia representa a forma típica de pertença eclesial, porque exprime o sentido da Igreja para todo crente, uma vez que, para se aproximar dela, bastam a fé e a vida cotidiana de cada um¹¹.

E ainda:

Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. Com efeito, a sua comunidade se constitui de homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo, na sua peregrinação para o Reino do Pai. Eles aceitaram a mensagem da salvação que deve ser proposta a todos. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com a sua história (GS 1).

Fala-se também em uma Igreja que congrega, na unidade, a diversidade de vocações, carismas e ministérios a serviço da única e mesma missão (LG 13c). Desta forma, passo a passo há uma abertura à compreensão de uma Igreja não basicamente clericalizada, mas congregando a diversidade de serviços e ministérios como constituição de sua identidade.

6 A condição do leigo em uma Igreja ministerial

O leigo “começa” a ser mais valorizado. Não o é simplesmente visto em uma visão supletiva, “se, porém, [os párocos] não podem atingir por si mesmos certos grupos de pessoas, chamem em sua própria ajuda outros, mesmo leigos, que lhes prestem auxílio no que tange ao apostolado” (CD 30). Agora desponta uma compreensão de que a vida e missão do leigo na paróquia tem fundamento e expressões próprios:

11 Antonio José de ALMEIDA, *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*, p.151.

Nutridos pela participação ativa na vida litúrgica de sua comunidade, tomam parte, de maneira solícita, nas suas obras apostólicas; trazem para a Igreja as pessoas que porventura dela se encontram afastadas; colaboram intensamente na transmissão da Palavra de Deus, em especial pela obra da catequese; pondo à disposição sua competência, tornam mais eficaz a cura d'almas e a administração dos bens da Igreja (AA 10).

A comum condição de todos os batizados, pela fé e pelos sacramentos de iniciação é o que constitui a compressão fundamental de Igreja, onde cada um por sua parte e por seu modo participam do tríplice múnus Cristo, na Igreja e no mundo (LG 31). Portanto, todos os batizados tanto na dignidade quanto no agir (LG 32; cân 208). Nestes termos, “as paróquias representam, de algum modo, a Igreja visível espalhada por todo o mundo” (SC 42).

7 A comunidade fortalecida

No Concílio Vaticano II, a comunidade ganha destaque, apesar de que a paróquia ainda tem dificuldades de ser comunidade. A novidade é que em seu interior surgem mais grupos, comunidades menores, serviços, ministérios, pastorais e movimentos que dinamizam a paróquia. Estruturas como Conselho de Pastoral e Econômico, reúnem e organizam as forças vivas.

É de fundamental importância a mudança na forma de compreensão do clero, pois, bispo, presbíteros e diáconos são hierarquia, no entanto o que se sobressai é a compreensão de que são ministros a serviço do Reino e da comunidade. O próprio povo exige uma aproximação maior do clero. Isto porque está sabendo mais qual é sua missão. Mas é claro que a compreensão de uma Igreja mais ministerial aumenta na medida em que há um investimento na formação tanto do laicato e conversão do clero. Na medida em que cada um toma

consciência do que professa ou daquilo do qual faz parte e descobre “a comunidade não é do padre”, sente-se livre e disposto, de igual para igual.

8 Considerações finais

Podemos dizer que o grande avanço do Concílio Vaticano II em relação à paróquia, em especial, se deu em três dimensões: do territorial para o comunitário; do princípio único do pároco à multiplicidade de atores; do meramente sacral para a totalidade das dimensões da vida e da missão da Igreja. No decorrer do tempo entre a preparação de um concílio e outro, sabemos que existiram movimentos que apontavam para mudanças. Após os concílios dava-se por iniciado um novo impulso na Igreja. Surgia algo novo ou então o amadurecimento de questões latentes. Muito desse impulso foi causa de transformação, outro tanto, não havemos de ignorar que se enfraqueceu pelo caminho. Mas, o tempo do Espírito Santo, não é o nosso tempo. Portanto, temos, contudo, um longo e frutuoso caminho a percorrer. Isso tendo presente a expressão de que a Igreja é *semper reformanda*.

Referências bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe. *História dos concílios ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 2005.

Antonio José de ALMEIDA. *Paróquia, comunidades e pastoral urbana*. São Paulo: Paulinas, 2009.

COMPÊNDIO VATICANO II. *Constituições, decretos e declarações*. 31ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

JEDIN, Hubert. *Concílios ecumênicos: história e doutrina*. São Paulo: Editora Herder, 1961.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Introdução à História da Igreja*. Belo Horizonte: Editora o Lutador, 1997.